ESTATUTO DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES

Tabela de incidência de questões	13
1.1. Da natureza e fins	15
1.2. Dos notários e registradores	19
1.2.1. Seção I – dos titulares	20
1.2.2. Seção II – das atribuições e competências dos notários	22
1.2.3. Seção III – das atribuições e competências dos oficiais de registros	35
1.3. Do ingresso na atividade notarial e de registro	36
1.4. Dos prepostos	44
1.5. Da responsabilidade civil e criminal	50
1.6. Das incompatibilidades e dos impedimentos	61
1.7. Dos direitos e deveres	65
1.8. Das infrações disciplinares e das penalidades	70
1.9. Da fiscalização pelo poder judiciário	78
1.10. Da extinção da delegação	80
1.11. Das disposições gerais	86
1.12. Questões variadas sobre a Lei 8.935/1994 (arts. 1º a 55)	100
1.13. Normativas estaduais	113
✦ RESUMO E DICAS	117
✦ DA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO	117
1. A importância das atividades notariais e de registros	117
2. Competência legislativa e regulamentação disposta na constituição federal	117
3. Natureza jurídica	118
4. Finalidade	118
5. Efeitos	121
6. Especialidades	121
7. A estrutura das serventias, funções e competências	123
8. Ingresso na atividade notarial e registral	123
9. Atribuições do notário	124
10. Competência do notário	125
11. Responsabilidade dos tabeliães e registradores	125
11.1. Ausência de personalidade jurídica das serventias extrajudiciais	125

11.2. Da responsabilidade civil	126
11.3. Da responsabilidade penal	128
11.4. Da responsabilidade administrativa ou disciplinar	129
11.5. Da responsabilidade tributária	130
11.5.1. Responsabilidade tributária do oficial registrador e tabelião como contribuinte	133
11.6. Da responsabilidade trabalhista	134
11.7. O código de defesa do consumidor e a atividade notarial e registral	136
12. Incompatibilidade e impedimentos	137
13. Direitos e deveres	138
14. Infrações disciplinares	140
15. Penas cominadas	140
16. Extinção da delegação	140
17. Aposentadoria compulsória	140
18. Criação, desdobramento, desmembramento, organização territorial e extinção das serventias extrajudiciais	141
19. Funcionamento das serventias	141
20. Princípios gerais da atividade notarial e registral	142
20.1. Princípio da fé pública	142
20.2. Princípio da publicidade	142
20.3. Princípio da autenticidade	142
20.4. Princípio da segurança	142
20.5. Princípio da eficácia	142
20.6. Princípio da oficialidade	142
20.7. Princípio da instância ou rogação	142
20.8. Princípio da legalidade	142
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	142

TABELIONATO DE PROTESTO

Tabela de incidência de questões	149
✦ QUESTÕES	151
2.1. Da competência e das atribuições	151
2.2. Da ordem dos serviços	157
2.3. Da distribuição	159
2.4. Da apresentação e protocolização	161
2.5. Do prazo	165
2.6. Da intimação	168
2.7. Da desistência e sustação do protesto	171
2.8. Do pagamento	174

2.9. Do registro do protesto.....	177	8.10. Lugar do protesto da certidão notarial/registral	248
2.10. Das averbações e do cancelamento	186	9. Objeto do protesto – títulos protestáveis.....	248
2.11. Das certidões e informações do protesto.....	190	10. Procedimento do protesto	251
2.12. Dos livros e arquivos	196	11. Livros e arquivos	256
2.13. Disposições finais.....	199	12. Publicidade do protesto.....	256
2.14. Provimento nº 30 CNJ – disciplina a recepção e protesto de cheques	203	13. Provimento n. 72/2018 Do conselho nacional de justiça	256
2.15. Provimento n. 72/2018 do conselho nacional de justiça	206	14. Provimento n. 86/2019 Do conselho nacional de justiça	257
2.16. Provimento n. 86/2019 do conselho nacional de justiça	207	15. Provimento 87/2019 do conselho nacional de justiça e o art. 41-A da lei 9.492/1997	258
2.17. Lei complementar nº 123/2006 – institui o estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte	208	16. Prazos no protesto (em ordem crescente)	260
2.18. Protesto de cédulas de crédito.....	210	✦ SÚMULAS RELACIONADAS	260
2.19. Questões variadas sobre a lei 9.492/1997 (arts. 1º a 43).....	211	Supremo Tribunal Federal – STF	260
2.19. Normativas estaduais	224	Superior Tribunal de Justiça – STJ	260
✦ RESUMO E DICAS	236	Jurisprudência em teses do superior tribunal de justiça acerca dos títulos de crédito:.....	260
1. Histórico.....	236	✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	265
2. Legislação	236	TABELIONATO DE NOTAS	267
3. Conceito.....	240	Tabela de incidência de questões	267
4. Natureza jurídica e características	241	✦ QUESTÕES	269
5. Função/finalidades do protesto	241	3.1. Da escritura pública	269
6. Princípios do protesto	241	3.2. Da procuração em causa própria.....	282
6.1. Princípios relativos ao protesto como ato jurídico	241	3.3. Da procuração	285
6.1.1. Princípio da oficialidade	241	3.4. Do testamento.....	285
6.1.2. Princípio da insubstituívelidade	241	3.5. Do testamento vital ou vidual ou diretivas antecipadas de vontade (dav)	288
6.1.3. Princípio da unitariedade.....	242	3.6. Da ata notarial	290
6.2. Princípios relativos ao protesto como procedimento	242	3.7. Do reconhecimento de firma e autenticações.....	293
6.2.1. Princípio da rogação ou da instância	242	3.8. Escrituras públicas de inventário, partilha, divórcio e separação consensuais	298
6.2.2. Princípio da celeridade	242	3.9. O estatuto do idoso e a atividade notarial	306
6.2.3. Princípio da formalidade simplificada.....	242	3.10. Questões doutrinárias sobre o tabelionato de notas.....	307
7. Efeitos do protesto	242	3.11. Normativas estaduais	322
8. Competência/lugar do protesto	244	✦ RESUMO E DICAS	363
8.1. Local do protesto nos termos do provimento CNJ 87/2019.....	244	✦ DA ATIVIDADE NOTARIAL	363
8.2. Lugar do protesto do cheque	245	1. Funções	363
8.3. Lugar do protesto da nota promissória	245	2. Atribuições	363
8.4. Lugar do protesto da letra de câmbio ..	245	3. Princípios	364
8.5. Lugar do protesto da duplicata.....	246	4. Competência.....	365
8.5.1. Duplicata cartular	246	5. Escritura pública.....	365
8.5.2. Duplicata escritural/virtual/ eletrônica	246	6. Procuração.....	368
8.6. Lugar do protesto para fins falimentares.....	247	6.1. Procuração em causa própria	368
8.7. Lugar do protesto dos contratos	247	7. Testamento.....	370
8.8. Lugar do protesto da decisão judicial... ..	247	7.1 Testamento vital ou vidual ou diretiva antecipada da vontade	371
8.9. Lugar do protesto da cédula de crédito bancário.....	248	8. Ata notarial.....	372
		8.1. Objeto.....	374
		8.2. Limites	374

8.3. Fornecimento de informações e a expedição de certidões de atas notariais que contenham a descrição ou a reprodução de imagem de ato de sexo ou cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente.....	375	✦ QUESTÕES	425
9. Reconhecimentos de firmas	376	5.1. Disposições gerais	425
10. Autenticação de cópia.....	377	5.2. Da escrituração e ordem serviço	434
11. O Decreto 9.094/2017 e as Leis 13.460/2017 e 13.726/2018.....	379	5.3. Das penalidades.....	440
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	381	5.4. Do nascimento	441
TEORIA GERAL DOS REGISTROS PÚBLICOS ..	383	5.5. Registro tardio de nascimento	461
Tabela de incidência de questões	383	5.6. Registro de nascimento de indígena – resolução conjunta nº 3, de 19/04/2012, do conselho nacional de justiça e conselho nacional do ministério público	464
✦ QUESTÕES	385	5.7. Da habilitação para o casamento	465
4.1. Das atribuições.....	385	5.8. Do casamento.....	471
4.2. Da escrituração.....	388	5.9. Do registro do casamento religioso para efeitos civis	475
4.3. Da ordem de serviço.....	394	5.10. Casamento nuncupativo.....	477
4.4. Da publicidade	398	5.11. Da conversão da união estável em casamento	479
4.5. Da conservação.....	405	5.12. Do óbito	481
4.6. Apostilamento – o provimento CNJ 62/2018 e a resolução CNJ 228/2016.....	408	5.13. Do natimorto	493
4.7. O notário e o registrador no combate à lavagem de dinheiro – provimento CNJ n. 88/2019	411	5.14. Da emancipação, interdição e ausência.....	495
4.8. Questões variadas sobre a parte geral da lei 6.015/1973 (Arts. 1º a 28).....	413	5.15. Da morte presumida.....	502
4.9. Normativas estaduais	414	5.16. Traslados – Resolução nº 155 de 16/07/2012 do conselho nacional de justiça ..	503
✦ RESUMO E DICAS	416	5.17. Registro da união estável – provimento nº 37 de 07/07/2014 do conselho nacional de justiça.....	504
✦ DA ATIVIDADE NOTARIAL E DE REGISTRO	416	5.18. Provimento nº 63 de 14/11/2017 do conselho nacional de justiça.....	506
1. Competência legislativa e regulamentação disposta na constituição federal	416	5.19. Provimento nº 73 de 28/06/2018 do conselho nacional de justiça.....	507
2. Natureza jurídica.....	416	5.20. Provimento nº 82 de 03/07/2019 do conselho nacional de justiça.....	508
3. Finalidade	416	5.21. Da legitimação adotiva	509
4. Efeitos	416	5.22. Da averbação e da anotação.....	513
5. Especialidades	416	5.23. Provimento 53, de 16/05/2016 do conselho nacional de justiça – averbação de sentença estrangeira de divórcio	516
6. Escrituração dos livros	416	5.24. Das retificações, restaurações e suprimentos..	519
7. Provimento 45/2015 do conselho nacional de justiça.....	418	5.25. Do reconhecimento de filhos	522
7.1. Livro visitas e correições	418	5.26. Questões variadas sobre o registro civil das pessoas naturais (arts. 29 A 113 da lei 6.015/1973).	525
7.2. Livro diário auxiliar da receita e da despesa.....	418	5.27. Normativas estaduais	541
7.2.1. Receitas.....	418	✦ RESUMO E DICAS	556
7.2.2. Despesas	418	✦ A ATIVIDADE REGISTRAL NO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	556
7.3 Livro controle de depósito prévio.....	419	1. Introdução.....	556
8. Certidão.....	419	2. Finalidade	556
9. Apostilamento.....	419	3. Natureza jurídica.....	556
10. Desjudicialização, mediação e conciliação	419	4. Atribuições	557
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	420	5. Livros.....	558
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS	423	6. Identificação civil nacional – Lei 13.444/2017.	559
Tabela de incidência de questões	423	7. Registro	560
		7.1. Nascimento.....	560

7.1.1. Elementos do assento	560	6.4. Do registro público de empresas mercantis e atividades afins – a lei 8.934/1994	609
7.1.2. Legitimados	561	6.5. Questões variadas sobre o registro civil das pessoas jurídicas (arts. 114 A 126 da lei 6.015/1973)	613
7.1.3. Lugar e prazo para o registro de nascimento	561	6.6. Normativas estaduais	616
7.2. Casamento	561	✦ RESUMO E DICAS	624
7.2.1. Processo de habilitação	561	✦ A ATIVIDADE REGISTRAL NO REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS	624
7.2.2. Celebração e registro	562	1. Natureza jurídica	624
7.3. Conversão/transformação da união estável em casamento	562	2. Finalidade	624
7.4. Óbito	563	3. Da personalidade jurídica	624
7.4.1. Formalidade para o registro	563	4. Da pessoa jurídica	624
7.4.2. Pessoas obrigadas a declarar o óbito	563	5. Atribuições do rcpj	625
7.5. Registro de natimorto	564	6. Efeitos do registro	625
7.6. Livro “e” – emancipação, interdição, ausência e morte presumida, traslados, opção de nacionalidade e união estável	564	7. Livros de registro	625
7.6.1. Emancipação	564	8. Registro eletrônico de títulos e documentos e pessoa jurídica	625
7.6.2. Interdição	564	9. Do procedimento de registro das pessoas jurídicas	627
7.6.3. Ausência	564	9.1. Do registro	629
7.6.4. Morte presumida	565	✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	631
7.6.5. Traslados	565	REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS	633
7.6.6. Opção de nacionalidade	565	Tabela de incidência de questões	633
7.6.7. União estável	565	✦ QUESTÕES	635
8. Averbções e anotações	566	7.1. Das atribuições	635
9. Comunicações	567	7.2. Da escrituração	656
10. Provimento n. 63/2017 Do conselho nacional de justiça	568	7.3. Da transcrição e da averbação	661
10.1. Das certidões – novo formato	569	7.4. Da ordem de serviço	661
10.2 Da paternidade e maternidade socioafetiva	570	7.5. Do cancelamento	671
10.3. Da reprodução assistida	573	7.6. Questões variadas sobre o registro de títulos e documentos (arts. 127 A 166, lrp)	673
10.4. Enunciados do ibdfam sobre a filiação socioafetiva aprovados no x congresso brasileiro de direito de família, em novembro 2017	574	7.7. Normativas estaduais	676
11. Provimento n. 66/2018 Do conselho nacional de justiça	574	✦ RESUMO E DICAS	681
12. Provimento n. 73/2018 Do conselho nacional de justiça	575	1. Introdução	681
13. Provimento n. 81/2018 Do conselho nacional de justiça	578	2. O princípio da publicidade no registro de títulos e documentos (rtd)	681
14. Provimento n. 82/2019 Do conselho nacional de justiça	578	3. Registro de títulos e documentos x registro de imóveis	682
15. Prazos no registro civil das pessoas naturais	579	4. O princípio da territorialidade no registro de títulos e documentos	682
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	580	5. Atribuições	684
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS	583	6. Escrituração	686
Tabela de incidência de questões	583	6.1. Registro integral x registro em resumo	686
✦ QUESTÕES	585	7. Registro eletrônico de títulos e documentos e pessoa jurídica	687
6.1. Da escrituração	585	8. Prazo para o registro	688
6.2. Da pessoa jurídica	599	9. Documento de procedência estrangeira	688
6.3. Do registro de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias	603	10. Certidão	688
		11. Cancelamento	689

✦ SÚMULAS RELACIONADAS	689	8. Do processo do registro de imóveis.....	871
Supremo Tribunal Federal – STF	689	8.1. Procedimento de dúvida.....	872
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	689	9. Das pessoas.....	873
REGISTRO DE IMÓVEIS	691	10. Títulos registráveis.....	873
Tabela de incidência de questões	691	11. Da matrícula.....	874
✦ QUESTÕES	693	12. Do cancelamento.....	875
8.1. Princípios registrais imobiliários.....	693	13. Conceitos relevantes sobre a temática da regularização fundiária.....	875
8.2. Das atribuições.....	711	14. Prazos no registro de imóveis.....	875
8.3. Da escrituração.....	730	✦ SÚMULAS RELACIONADAS	876
8.4. Do processo de registro	744	Supremo Tribunal Federal – STF	876
8.5. Das pessoas.....	764	Superior Tribunal de Justiça – STJ	876
8.6. Dos títulos.....	765	✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	877
8.7. Da matrícula.....	769	EMOLUMENTOS	879
8.8. Do registro.....	778	Tabela de incidência de questões	879
8.9. Da averbação e do cancelamento.....	778	✦ QUESTÕES	881
8.10. Do bem de família	780	9.1. Os emolumentos na legislação federal.....	881
8.11. Da remição do imóvel hipotecado.....	782	9.2. Os emolumentos na legislação estadual.....	888
8.12. Do registro torrens	784	✦ RESUMO E DICAS	897
8.13. Das disposições finais e transitórias.....	785	1. Introdução.....	897
8.14. O registro da regularização fundiária urbana..	787	2. Infrações disciplinares	900
8.15. Direito de laje.....	791	3. Prescrição.....	900
8.16. Do parcelamento do solo urbano – lei 6.766/1979.....	792	4. Emolumentos, isenções e gratuidade – provimento 44/2015 e lei 13.465/2017 (Proveniente da medida provisória 759/2016)	900
8.17. Da usucapião extrajudicial ou administrativa.	805	5. A extensão do benefício da justiça gratuita aos emolumentos devidos aos notários e registradores no novo código de processo civil	901
8.18. Da aquisição de imóvel rural por estrangeiro.	811	6. Execução e protesto do crédito de emolu- mentos.....	903
8.19. Incorporação imobiliária.....	816	7. Cobrança em excesso ou a menor	904
8.20. Patrimônio de afetação	821	8. Depósito prévio ou diferido dos emolu- mentos.....	904
8.21. Alienação fiduciária em garantia de bens imóveis	824	9. Identificação das parcelas	906
8.22. Estatuto da cidade – lei 10.257/2001	829	10. Redução dos emolumentos concedida a microempresa e empresas de pequeno porte	906
8.23. Das indisponibilidades – provimento nº 39/2014 do conselho nacional de justiça	834	11. Emolumentos, executivo fiscal e penhora.....	906
8.24. Lei n. 13.097/2015	837	12. Emolumentos referidos na resolução CNJ 228/2016 e no provimento CNJ 62/2017	907
8.25. Questões variadas sobre o registro de imóveis (arts. 167 A 299 da lei 6.015/1973).....	838	13. Provimento 60, de 2017, do conselho nacional de justiça.....	908
8.26. Normativas estaduais	845	14. Emolumentos referentes à usucapião extrajudicial.....	908
✦ RESUMO E DICAS	854	15. Emolumentos referentes à conciliação e mediação nos serviços notariais e de regis- tros – provimentos 67/2018 e 72/2018 do CNJ.....	909
✦ A ATIVIDADE REGISTRAL NO REGISTRO DE IMÓVEIS	854	16. Emolumentos referentes à averbação da alteração de prenome e sexo de pessoa transgênero– provimento 73/2018 do CNJ	910
1. Introdução.....	854	17. Emolumentos no procedimento de averbação, no registro de nascimento e no	
2. Finalidade	854		
3. Natureza jurídica.....	854		
4. Atribuições.....	855		
5. Escrituração.....	860		
6. Princípios norteadores do registro de imóveis	861		
7. Aspectos registrais do direito real de laje.....	866		
7.1. A constituição do direito real de laje e o registro	866		
7.2. O procedimento do registro na edificação existente e na edificação a construir	870		

de casamento dos filhos, da alteração do nome do genitor – provimento CNJ 82/2019..	910
18. Provimentos do conselho nacional de justiça de caráter transitório e emolumentos .	910
18.1. Emolumentos e o provimento CNJ 94/2020	910
18.2. Emolumentos e o provimento CNJ 98/2020	911
19. Alguns julgados relevantes	912
✦ LEGISLAÇÃO CORRELATA	912

REGISTRO ELETRÔNICO NA DISCIPLINA DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL	915
Tabela de incidência de questões	915
✦ QUESTÕES	917

✦ RESUMO E DICAS	930
1. Introdução	930
2. Conservação.....	930
3. Legislação esparsa e histórico sobre a informática aplicada à atividade notarial e registral.....	931
4. Conceito, instituição, migração, descumprimento e prazos do registro eletrônico.....	937

REGISTRO ELETRÔNICO NA DISCIPLINA DE CONHECIMENTOS GERAIS	945
Tabela de incidência de questões	945
✦ QUESTÕES	947
✦ DICAS	951